

Secretaria Executiva do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) destaca:

- 1) Inicialmente, vale destacar que as discussões em questão estão amparadas na Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (Decreto n. 10.886 de 2021), uma política pública de Estado, conduzida por servidores públicos de carreira, elaborada por meio de um processo amplo, democrático e participativo que contou com mais de 220 participantes em oficinas de trabalho e 98 contribuições em consulta pública.
- 2) Para concretizar ações previstas no Eixo 4 da Estratégia (ações 1.1 e 1.2 do Plano de Ação 2021-2023 - Resolução GIPI/ME Nº 2, de 1º de julho de 2021), criou-se um Grupo de Trabalho (Resolução GIPI/ME Nº 3, de 25 de fevereiro de 2022) relativo à Modernização dos Marcos Legais e Infralegais, que incluía a identificação de demandas junto aos usuários do sistema de forma a mapear gargalos e pontos críticos em matéria de propriedade intelectual.
- 3) No roteiro de trabalho do referido GT, no item VIII, fica clara a possibilidade de divergência e de apresentação de mais de uma proposta no caso de não haver consenso. Os técnicos do Ministério da Economia responsáveis pelos trabalhos reiteram em todas as reuniões que as divergências são sempre bem-vindas e necessárias, e que todas as diferentes perspectivas são registradas.
- 4) Com o duplo objetivo de aumentar a capacidade de análise e conferir maior pluralidade de participação ao debate, o GT foi então organizado em 13 Diálogos Técnicos (DTs), dos quais participam 32 instituições. Considerando especificamente os 4 DTs sobre patentes, há 28 instituições registradas, sendo que 11 representam empresas de capital nacional, 3 são diretamente representativas de empresas de capital de origem transnacional e 5 representam empresas cujo capital tem origem tanto nacional quanto transnacional, além de representantes da academia, sociedade civil e governo.

A **Secretaria Executiva (SE) do GIPI lamenta a decisão do GTPI**, na expectativa de que seja reconsiderada, e **deixa as portas abertas** para o retorno dos representantes do GTPI, os quais serão mantidos nas listas de e-mails para comunicações sobre atividades relacionadas aos DTs dos quais tem participado.

A **SE do GIPI repudia veementemente as graves acusações realizadas contra a equipe técnica do Ministério da Economia**. O GTPI os acusou de não ter aberto espaço verdadeiramente democrático e técnico na condução dos trabalhos dos DTs. No entanto, todos os esforços realizados comprovam uma participação sem precedentes da sociedade civil na construção e permanente aprimoramento do sistema brasileiro de propriedade intelectual. Ao agir dessa forma, o GTPI desrespeita não apenas a equipe técnica do Ministério da Economia, que se dedica e zela todos os dias pela condução dos trabalhos de forma ética, responsável, democrática, transparente e baseada em evidências, mas também os demais atores do sistema de propriedade intelectual, que contribuem aberta e ativamente nas discussões dentro do GIPI e dos Diálogos Técnicos.